

## Manifesto Lusófono para a COP31

A comunidade lusófona, marcada por uma ampla diversidade geográfica e socioeconómica, reúne países e territórios profundamente expostos aos impactos das alterações climáticas: ilhas oceânicas vulneráveis à subida do nível do mar, florestas tropicais sob pressão crescente, extensas zonas costeiras sujeitas a eventos extremos e regiões semiáridas ameaçadas pela desertificação e insegurança hídrica.

Perante a COP 31, propomos uma agenda coordenada de ação nas seguintes áreas:

### **Justiça Climática e Inclusão Social**

A ação climática só será legítima e eficaz se assentar nos princípios dos direitos humanos, da equidade e da inclusão social.

Defendemos:

- Estabelecer como referência política que pelo menos 60 % dos recursos de programas lusófonos para a ação climática beneficiem, direta ou indiretamente, comunidades vulneráveis, incluindo povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, mulheres, juventude, comunidades costeiras e populações rurais, mediante critérios transparentes de elegibilidade, monitorização e avaliação.
- Garantir mecanismos formais de participação da sociedade civil e grupos vulneráveis nos processos preparatórios e negociações da COP31.

### **Financiamento para Adaptação e Implementação do Objetivo Global de Adaptação**

A adaptação climática deve ser cada vez mais priorizada nas negociações internacionais, face aos custos ambientais, sociais e económicos que já se produziram e infelizmente continuarão a produzir mesmo que os esforços globais de estabilização climática sejam bem-sucedidos. Os países lusófonos mais vulneráveis enfrentam limitações estruturais no acesso ao financiamento climático internacional, comprometendo a implementação dos seus Planos Nacionais de Adaptação (NAP) e metas associadas ao Objetivo Global de Adaptação (em inglês, Global Goal on Adaptation).

Ainda assim, é fundamental manter presente que a mitigação das alterações climáticas e a redução das atuais emissões, sobretudo nos países mais industrializados, devem continuar a assumir um lugar de destaque enquanto não estivermos numa trajetória compatível com a estabilidade climática global e o cumprimento das metas fixadas no Acordo de Paris.

Defendemos:

- Um aumento substancial do financiamento internacional para adaptação, mitigação e perdas e danos, especialmente para países mais vulneráveis.
- A aposta na transparência e na eficiência como pilares fundamentais do financiamento climático, criando mecanismos mais eficazes para que doadores e beneficiários divulguem montantes e impactos dos financiamentos realizados.

- A criação de um Fundo Lusófono para a Ação Climática, com foco em projetos estratégicos de mitigação de riscos e resiliência, soluções baseadas na natureza, iniciativas comunitárias e projetos locais de adaptação, resiliência comunitária e economia sustentável. O financiamento das diferentes áreas deve ser avaliado em função das necessidades quantificadas de cada uma delas e tendo em conta o potencial impacto ambiental, social e económico dos investimentos, sempre em estreita colaboração com as comunidades, sociedade civil e autoridades locais.
- A simplificação do acesso ao Fundo Climático Verde e outros mecanismos multilaterais, reduzindo barreiras burocráticas para países lusófonos.
- O desenvolvimento de instrumentos de financiamento prioritariamente público, previsível, adicional, não reembolsável e altamente concessional, para projetos de adaptação, infraestrutura resiliente e soluções baseadas na natureza.
- O apoio ao desenvolvimento e à implementação de mapas do caminho nacionais e regionais para conter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030, alinhados com a ciência climática, à proteção da biodiversidade e aos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e comunidades locais. Esses roadmaps devem combinar financiamento público, previsível e acessível; fortalecimento da governança territorial; monitorização transparente; combate às atividades ilegais; valorização de economias florestais sustentáveis; e cooperação técnica entre países lusófonos, de modo a transformar a proteção das florestas em eixo estruturante de mitigação, adaptação, justiça climática e desenvolvimento sustentável.
- O reforço do financiamento direto para comunidades vulneráveis, governos locais e iniciativas comunitárias de adaptação.
- O reforço do modelo de troca de dívida por ação climática e ambiental e avaliação da sua replicabilidade na totalidade dos países lusófonos.

### **Transição Energética Justa**

A transição energética global deve ser simultaneamente rápida, justa e inclusiva, alinhada ao objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C e orientada pela melhor ciência disponível. Essa transição deve acelerar, nesta década crítica, a transição para longe dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos, rumo a emissões líquidas zero até meados do século, garantindo, simultaneamente, desenvolvimento económico sustentável e acesso universal à energia limpa.

Defendemos:

- A criação de um Pacto Lusófono pela Transição Energética Justa, promovendo o desenvolvimento de energias renováveis, a eletrificação das economias, a eficiência energética, a cooperação e transferência tecnológica e a transição para longe dos combustíveis fósseis, de maneira justa, ordenada e equitativa, considerando as respectivas circunstâncias nacionais.
- O apoio à elaboração e implementação de mapas do caminho nacionais e regionais de transição para longe dos combustíveis fósseis, em diálogo com os processos lançados a partir da COP30, com identificação de barreiras, necessidades de financiamento, opções tecnológicas, impactos distributivos, medidas de proteção social, oportunidades de diversificação económica e instrumentos de cooperação entre países lusófonos.

- O desenvolvimento de metas regionais de energia limpa para 2030, alinhadas com ciência climática e justiça social.
- O incentivo a projetos de energia comunitária e infraestrutura resiliente, especialmente em ilhas, comunidades rurais e territórios isolados.

A COP31 representa uma oportunidade decisiva para reforçar a ambição climática global e acelerar a implementação de soluções concretas para adaptação, mitigação e justiça climática.

As vozes lusófonas devem ser plenamente reconhecidas na definição das metas globais, mecanismos de financiamento e instrumentos de implementação climática.

A Rede Lusófona para o Clima propõe transformar a comunidade lusófona numa plataforma internacional de cooperação climática, baseada na ciência, solidariedade, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Este manifesto pretende servir como documento estratégico de referência para negociação, cooperação e ação conjunta na COP31, fortalecendo a capacidade coletiva da lusofonia para responder à crise climática e contribuir ativamente para um futuro resiliente, justo e sustentável.

zero.

**oikos**  
cooperação e desenvolvimento

 **ecoclubes**  
Portugal INTERNACIONAL



**ONGD**  
PLATAFORMA . PORTUGUESA





Rede de Educadores Ambientais  
de Jacarepaguá